

Quinta-feira, 17 de Novembro de 2005

Ano XI - Edição N.: 2485

Poder Executivo

Secretaria Municipal de Políticas Urbanas - COMUSA

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um de agosto de dois mil e quatro, realizou-se a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, no auditório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Av. Afonso Pena, 4.000 (quatro mil), 7º andar - Bairro Mangabeiras. Estavam presentes os conselheiros: Murilo de Campos Valadares (SCOMURBE), Gustavo Adolfo de Castro Vasconcelos (SCOMF), Paulo Roberto Takahashi (SUDECAP/SMEU), Sinara Inácio Chenna (SLU/SMLU), Suzana Campos de Abreu (SMGO), Léo Heller (UFMG), Rubens Martins Moreira (CREA-MG), Flávia Mourão Parreira do Amaral (SMMAS), Jorge Salum (SICEPOT), Ivânia Augusta dos Santos Rodrigues (Conselho Municipal de Saúde), Antônio Leite Alves Radicchi (ONG_s), Rômulo Tomaz Perilli (COPASA).

Verificado o quórum, a sessão plenária do Conselho foi aberta pelo Conselheiro Murilo de Campos Valadares, que passou a palavra para Cristina Magalhães, representante da URBEL, para que iniciasse a apresentação do Plano Multissetorial Integrado (PMI) do Aglomerado da Serra, a ser financiado pelo BNDES através da rubrica "saneamento". Este programa, segundo Cristina, prevê um componente de reestruturação urbanística, com a integração física e social da comunidade com os bairros; a criação de parques lineares ao longo dos fundos de vale; a requalificação ambiental através do desadensamento dos talvegues e da retirada das famílias que estão ocupando as encostas e os fundos de vale; a recuperação das matas ciliares; a implantação de bacias de retenção de cheias do Córrego Cardoso; a criação do Parque Linear do Cardoso ao longo do córrego e de parques lineares nas outras três vilas. A Arquiteta Cristina ainda informou que, do ponto de vista do saneamento, o projeto de drenagem privilegia o escoamento natural das águas, a limpeza de todos os talvegues e as bacias de amortização de cheias; na questão do esgotamento sanitário, será feita a ampliação de toda a rede existente, a criação de redes condominiais nos interiores das quadras e a interceptação dos esgotos; e, finalmente, a universalização do atendimento por sistema oficial de abastecimento de água. Está prevista, ainda, a construção de 1.100 unidades habitacionais e a indenização de outras 1.200 famílias pelo PROAS. Passou-se a palavra, em seguida, para a engenheira Maria Luiza Moncorvo (SMEU) para que apresentasse as intervenções previstas para a recuperação do canal do Córrego Cardoso, danificado pelas chuvas de janeiro. Os recursos necessários para essa obra virão do Fundo Municipal de Saneamento - FMS, e foram aprovados pelo COMUSA, em reunião passada. Esta obra consta da recuperação estrutural da galeria, recuperação da drenagem superficial, acréscimo de alguma drenagem em ruas transversais, melhoria da capacidade hidráulica da galeria, além da adequação da confluência dos córregos da Rua Maria Carmem Valadares, da Rua Maestro de Andrade e também da Av. Andradas e o seu lançamento no Arrudas. Ao término da apresentação, foi aberto o debate, com a reunião sendo conduzida pela Conselheira Maria Fernandes Caldas. O Conselheiro Léo Heller solicitou maiores informações sobre o montante do FMS a ser utilizado nos dois empreendimentos descritos (PMI e Córrego Cardoso). A Conselheira Maria Fernandes Caldas sugeriu preparar isso para a próxima reunião e trazer a composição dos recursos a serem retirados do Fundo, para o Conselho conhecer e aprovar. O Sr Everaldo, membro do Conselho da Cidade, solicitou algumas explicações técnicas sobre a implantação da galeria do Ribeirão Arrudas, no que foi atendido pela engenheira Maria Luiza Moncorvo. Raimundo Machado, também do Conselho da Cidade, perguntou às representantes da URBEL se no componente social do PMI da Serra estão incluídas obras a serem executadas com recursos do Orçamento Participativo, ao que Cristina Magalhães respondeu que sim, mas que nesse caso isso pode vir a ser considerado contrapartida da Prefeitura e em algumas situações ser reembolsado pelo Banco financiador. Raimundo Machado também sugeriu que sejam pensados, na urbanização do Aglomerado, espaços para a Terceira Idade - o que, segundo Cristina, já tem sido discutido com a Secretaria Municipal da Coordenação de Política Social - SCOMPS. O Conselheiro Antônio Leite, lembrando os problemas ocasionados pela impermeabilização do solo, questionou o pouco uso de pavimentação poliédrica nas obras da Prefeitura e a engenheira Maria Luiza argumentou que, trabalhando na área de pavimentação há muitos anos, ela está convicta de que o pavimento poliédrico diminui a velocidade da água da chuva mas não aumenta a infiltração, sendo fundamental, portanto, que a Prefeitura exija e fiscalize os 20% de área permeável dentro de cada terreno. A seguir, o Conselheiro Léo Heller solicitou - e obteve - da representante da SMEU, esclarecimentos a respeito do ganho hidrológico e dos pontos críticos da nova situação da Av. Mem de Sá. O Conselheiro Rubens Martins Moreira lembrou que já está em vigor a Lei que instituiu a Engenharia Pública no Município e que, portanto, isso poderia vir a ser implantado na região do Aglomerado da Serra, onde certamente vão acontecer muitas obras nos imóveis, sugestão com a qual todos concordaram. Aline Guerra, servidora da PBH, sugeriu que se deve colocar um representante da inspetoria de BH do CREA-MG dentro dos Centros de Referência de Área de Risco - CREAM, e

criados pela Prefeitura em associação com os Núcleos de Defesa Civil. Devido ao interesse demonstrado pelo tema, a Conselheira Maria Fernandes Caldas propôs que se faça uma apresentação do Projeto de Engenharia Pública numa das próximas reuniões do COMUSA, mas já adiantou que a associação com o CREA foi feita através de convênio, que não remunera os profissionais envolvidos. O Conselheiro Léo Heller se manifestou dizendo que essa intervenção no Aglomerado da Serra pode ter um efeito simbólico muito interessante porque a prefeitura está colocando toda a sua concepção de intervenção integrada, não pontual e, sendo assim, é, na visão dele, uma excelente oportunidade para a avaliação dos impactos dessas intervenções - especialmente os impactos na saúde. Segundo Cristina Magalhães, isso poderia ser feito inclusive, paralelamente, no Conjunto Taquaril que também sofrerá intervenções integradas. A Conselheira Sinara Chenna sugeriu que, até para auxiliar no processo de democratização das informações e na educação ambiental, a apresentação feita pela Urbel sobre o PMI da Serra, seja amplamente divulgada. A Conselheira Maria Fernandes Caldas informou que quem quiser uma cópia do referido material pode entrar em contato com o Gabinete da SCOMURBE.

Para encerrar a reunião, a Conselheira Maria Fernandes Caldas, propôs, como ponto de pauta da próxima reunião, a discussão do Anteprojeto de Lei da Política Nacional de Saneamento. Todos concordaram, lembrando, porém, que a próxima reunião já tem um item definido para discussão que é o Convênio da PBH com a COPASA. Maria Fernandes Caldas agradeceu a presença de todos e encerrou o encontro.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.